

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.847 - SP (2019/0295005-1)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : DAVI GEBARA NETO E OUTRO
ADVOGADOS : FLÁVIO TORRES - SP204623
DAVI GEBARA NETO - SP249618
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DIOGO DE ARAUJO MAGALHAES CIPARRONE
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIOGO DE ARAUJO MAGALHAES CIPARRONE contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO que negou provimento à Apelação Criminal n. 0026481-54.2017.8.26.0050, interposta pela defesa.

Consta dos autos que o paciente foi condenado a pena de 20 dias de prisão simples, em regime inicial aberto, como incurso na sanção do art. 21 da Lei de Contravenções Penais.

Nesta via, sustenta o impetrante, em síntese, que está pendente recurso especial manejado pelo réu, o que impediria o cumprimento antecipado da pena ante a aplicação do princípio da presunção de inocência.

Requer a concessão sumária da ordem constitucional para que o paciente aguarde em liberdade o trânsito em julgado da decisão condenatória.

É o relatório.

A princípio, o pedido deduzido na inicial não comporta conhecimento na via eleita, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade, o que, ao menos em um juízo perfunctório, não se verifica.

Isso porque, não obstante os relevantes argumentos expostos na insurgência, é inviável acolher-se a requerida tutela de urgência deduzida na inicial, porquanto a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do *writ*, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a

Superior Tribunal de Justiça

análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.
Publique-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator